

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS: REESTRUTURAÇÃO REGIONAL?*

Scott William Hoefle
Professor Visitante - Dept^o de Geografia

ABSTRACT

The evolution of development policy and the behavior of farm prices is related to change in the production of the traditional staples beans, manioc, maize and rice during three distinct periods: 1940-1964, 1964-1979 and 1979 to date. From 1940 onward staple production in the economic heartland of Brazil came under increasing pressure from expanding export and agroindustrial production on one hand and from discriminatory pricing policy on the other. In response to this pressure staple farmers in the South, Southeast and more recently in the Central-West increased productivity through flexible capitalization. Production continued to expand in these regions so that they still dominate the national market for beans, maize and rice. At the same time horizontal expansion of food production on the distant frontier proved to be insignificant and fell drastically in the depressed peripheral Northeast region disproving theses which attribute staple production to pre-capitalist peasant farmers of these regions.

APRESENTAÇÃO

Num momento em que a sociedade civil se mobiliza em torno da questão da fome, torna-se extremamente importante perguntar aonde, como e em que quantidades são produzidos os alimentos básicos no país. Quais são as principais regiões produtoras de alimentos? Qual a forma de produção e que tipo de produtor predominam nessas regiões? A produção tem atendido às necessidades da industrialização e urbanização acelerada do país?

Primeiro, traça-se sucintamente a relação entre a evolução de políticas de desenvolvimento e o comportamento dos preços agrícolas. Em seguida, a produção de alimentos a nível nacional e regional é analisada em detalhe. Veremos que apesar dos cultivos básicos à dieta tradicional brasileira - o arroz, o feijão, a mandioca e o milho - sofreram intensa concorrência dos cultivos de exportação no centro econômico do país (abrangendo as regiões Sudeste e Sul) e passaram por um período traumático de transição entre 1964 e 1979, a produção de alimentos não foi eliminada nestas regiões, como é comumente alegado. Pelo contrário, a produção de alimentos básicos se expandiu, a produtividade aumentou através da capitalização rural e estas duas regiões ainda dominam o mercado nacional destes produtos. Constatado isso, argumenta-se que a expansão *horizontal* da produção de alimentos por camponeses na fronteira agrícola distante tem sido mínima no Brasil e tem caído drasticamente na chamada *fronteira interna* na região periférica-deprimida do Nordeste.

* Pesquisa realizada com o auxílio do CNPq

Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentado no 47th Congress of Americanists, realizado em New Orleans em julho de 1991.

A conclusão básica do trabalho é a de que a produção de alimentos não é mais realizada pôr camponeses *internos* e *externos*, sob um regime *pré-capitalista* da produção simples de mercadorias, localizado nas fronteiras *interna* e distante (a tese de Sá-Oliveira de articulação de modos de produção).¹ Também, a produção de alimentos não é realizada pôr grandes produtores capitalistas, seguindo um modelo *via junker*, ou de produtores subordinados ao complexo agro-industrial, oriundos de modelo *via contract farmer* (como seria o caso de acordo com teses marxistas neo-clássicas e teses neo-liberais), mas, sim, pôr pequenos e médios agricultores capitalizados e semi-independentes, oriundos de um modelo *via farmer* (confirmando teses pós-modernas, neo-populistas e da última corrente neo-marxista de formas de produção).

POLÍTICAS DE ALIMENTOS BARATOS DE 1940 ATÉ HOJE

No âmbito da literatura internacional sobre desenvolvimento a necessidade de alimentos baratos para um setor urbano-industrial em expansão foi tema predominante nos debates sobre dualismo econômico e prioridade setorial no processo de industrialização nos anos de 1950 e 1960 (cf. Fei e Ranis, 1961; Hirschman, 1958; Hayami e Ruttan, 1971; Jorgenson, 1969; Mellor, 1967; Nurkse, 1953). Os planejadores de desenvolvimento do Terceiro Mundo e os planejadores brasileiros, em particular, acataram este conselho literalmente e, ao mesmo tempo, deram ênfase ao modelo de industrialização acelerada e desequilibrada sob a liderança do setor estatal (Bideleux, 1985; Brookfield, 1975; Goulet, 1983; Mantega, 1984).²

Janvry identifica três estratégias gerais usadas para incentivar a produção de alimentos a baixo custo na América Latina, tendo as três sido usadas em vários graus em diferentes ocasiões no Brasil: 1) desenvolvimento capitalista da agricultura promovido pelo Estado; 2) importação de alimentos baratos e 3) intervenção direta no setor agrário. Isto, por sua vez, dá origem a quatro contradições básicas: 1) auto-suficiência de alimentos versus vantagem comparativa no comércio externo; 2) políticas de alimentos baratos versus desenvolvimento da agricultura capitalista; 3) tecnologias que poupam terra versus tecnologias que poupam mão-de-obra e 4) camponeses como fonte de mão-de-obra barata versus camponeses como produtores de alimentos baratos (Janvry, 1981: 157-8).

No Brasil, as quatro contradições básicas de Janvry foram resolvidas da seguinte maneira: 1) considerações de competitividade internacional são prioridades em detrimento dos

agricultores de alimentos; 2) o preço baixo de alimentos reduz o ritmo de capitalização no setor de alimentícios, porém, sem bloquear totalmente sua capitalização; 3) é enfatizada a mecanização tipo *junker* (que apenas aumenta a produtividade do trabalho e não necessariamente a produtividade da terra) e mais como uma política industrial visando criar um mercado para o complexo agro-industrial do que como uma política agrária própria dita e 4) o produtor de alimentos básicos, tipo camponês *interno* e *externo*, foi praticamente eliminado do campo brasileiro (Albuquerque, 1981; Goodman e Redclift, 1981; Graziano da Silva, 1981; Homem de Melo, 1983; Martine, 1990; Sorj, 1986).

1940 a 1964 - A Agricultura Ignorada

Durante o período de 1940 a 1964, apesar de todo o discurso teórico a respeito do papel crucial do desenvolvimento agrícola, os planejadores brasileiros ocupavam-se em expandir a indústria pesada e aperfeiçoar a infra-estrutura urbana e de transportes. A política agrícola ficou em segundo plano, seguindo uma linha de relativo *laissez-faire*, predominando um modelo de modernização rural do tipo difusão de inovações, implementado numa escala modesta, através de fazendas-modelo e extensão rural. Foi ignorada a questão do abastecimento interno o que se revelou ser uma estratégia bastante arriscada uma vez que a crescente demanda urbana do período provocou uma elevação dos preços da maioria dos alimentos básicos em cerca de 15% a 35%. Ao mesmo tempo, os preços dos cultivos tradicionais de exportação permaneceram estagnados ou mesmo declinaram (Tabela 1, Figuras 1 a 4).

Entretanto, a crescente demanda e melhores preços agrícolas não provocou uma capitalização rural significativa neste período. Em vez disso houve um processo de involução agrícola, no qual os sistemas de agricultura extensiva expandiram horizontalmente, incorporando novas terras virgens na fronteira distante e terras marginais em regiões já ocupadas. Isto constitui-se uma dilema, entre o lento crescimento da produtividade agrícola nas regiões do centro econômico do país e o deslocamento da fronteira cada vez mais distante, e o maior custo de transporte o que ameaçou aumentar o preço de alimentos para o consumidor (Foweraker, 1981; Graziano da Silva, 1981; Sá, 1975; Sorj, 1986).

Como resultado, no início da década de 1960 os planejadores passaram a se preocupar com o fato de que a agricultura estava provocando inflação, a ponto de prejudicar os termos de troca entre a agricultura e a indústria, e, assim, poderia retardar o ritmo da industrialização do país. Ao mesmo tempo, num contexto político de mobilização de camponeses e trabalhadores, um debate acirrado surgiu sobre a questão de se saber se uma estrutura agrária

dominada pôr latifundiários, considerados retrógrados, representava um ponto de estrangulamento do desenvolvimento sustentado. Liberais e populistas defendiam uma reforma agrária pôr *via farmer*, visando estabelecer uma classe de pequenos e médios produtores capitalizados enquanto os conservadores propunham uma modernização pôr *via junker*, com a transformação do latifúndio em empresa rural. Sem definir que estrutura agrária se desejava, ambos os lados do debate defendiam um setor agrário moderno que pudesse fornecer alimentos básicos e matérias primas a baixo custo para o setor urbano-industrial (Albuquerque, 1981; Guimarães, 1982; Sorj, 1986; Souza Martins, 1981).

1964 a 1979 - Política Agrária Autoritária

No contexto da crise econômica e política do início dos anos 1960, o debate sobre a modernização da agricultura foi atropelado pelo golpe militar cujos líderes tinham uma visão de um modelo de industrialização liderada pelo Estado. O Estado começou a intervir ativamente no setor agrícola com a finalidade de alcançar quatro objetivos político-econômicos: 1) transformar a tecnologia rural e as relações de produção, visando reduzir o conflito no campo; 2) estimular cultivos de exportação, obtendo divisas para financiar a industrialização; 3) aumentar, a longo prazo, o uso de insumos agrícolas modernos para criar elos à jusante e à montante com outros setores econômicos, especialmente com o nascente complexo agro-industrial e 4) manter o preço de alimentos a um nível acessível para a classe operária urbana.

Para alcançar o primeiro objetivo modificaram-se radicalmente as relações de produção no campo. As ligas camponesas e os sindicatos rurais foram violentamente reprimidos. Além disso, em reação ao contexto social nas vésperas do golpe militar de 1964 - da mobilização de camponeses, da implementação de uma legislação trabalhista populista para o campo e da ameaça de uma reforma agrária - grandes e médios proprietários rurais, pôr iniciativa própria, adotaram estratégias produtivas visando à expulsão de camponeses *internos* em massa, o que provocou uma acentuada queda na produção de alimentos básicos no país. Isto ocorreu especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste, onde a mobilização de camponeses e trabalhadores havia sido maior, varrendo do campo dessas regiões a estrutura agrária de justaposição do latifúndio e do camponês interno/externo do modelo Sá-Oliveira. Os grandes proprietários rurais foram também os mais beneficiados pelo crédito agrícola, que lhes deu condições para adotar novas atividades e tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Em consequência, de 1960 a 1980 trinta milhões de camponeses saíram do campo, envolvendo um êxodo de quase metade da população rural, representando um quarto da população total do

país (Bicalho e Hoefle, 1990; Martine, 1990; Medeiros, 1989; Souza Martins, 1981; Sorj, 1986; Wilkinson, 1986).

Para alcançar os demais objetivos o Estado interveio na oferta e procura de produtos agrícolas, distorcendo o livre jogo das forças de mercado. Na questão da oferta da produção agrícola, seguiu-se uma linha de modernização conservadora *junker*, forçando o emprego de insumos modernos, vinculando o crédito agrícola ao seu uso, ao mesmo tempo que subsidiou a modernização agrícola através de juros negativos (i.é. cobrando juros abaixo da taxa de inflação). Ao mesmo tempo, o Estado interferiu na demanda de produtos agrícolas visando abaixar o preço dos alimentos. Depois da repressão do populismo, os preços de alimentos básicos passaram a ser uma questão de *segurança nacional* para os ministérios econômicos. O preço dos alimentos tinha que ser mantido baixo a fim de conter o descontentamento urbano e para proteger a competitividade da indústria de exportação, justamente num período de acelerado crescimento urbano, quando o Brasil foi transformado num país de arranha-céus e favelas.

Neste quadro, a repressão ao preço de alimentos representava a maneira mais fácil de diminuir a inflação. Os preços dos alimentos básicos começaram a ser rigorosamente controlados a nível do consumidor urbano e importações periódicas foram realizadas para cobrir quedas de produção ou para forçar mais ainda a redução dos preços. Os outros cultivos agrícolas foram pouco afetados pelo controle de preços. As exportações acompanharam os preços mundiais em vigor e os alimentos secundários de legumes e frutas foram apenas esporadicamente controlados, geralmente durante uma quebra de safra específica.

1979 até Hoje - Sinais Contraditórios para a Agricultura de Alimentos

Uma política agrícola *esquizofrênica* se estabeleceu depois de 1979 expressando um contexto política e economicamente conturbado e instável de: 1) mudança política de uma ditadura militar para formas de governo mais representativas; 2) crise da dívida externa, com aumento da pressão internacional para abertura do mercado brasileiro e fim de subsídios; 3) protestos de agricultores pôr melhores preços; 4) confrontos violentos entre grandes proprietários e agricultores sem terra reivindicando pôr uma reforma agrária e 5) tentativas de combater índices de inflação astronômicamente elevados do período através de *pacotes econômicos heterodoxos* envolvendo, ora o congelamento geral dos preços e salários, ora o descongelamento e a retomada de hiperinflação.

Desde 1973, e enfatizando-se através dos anos até 1984, as subidas e descidas dos preços agrícolas e da produção de alimentos ficaram tão acentuadas e freqüentes, que seu

comportamento mais parece uma *montanha russa*. A uma redução dos preços, seguia-se uma queda na produção, causando pressão inflacionária. Esta situação fazia com que o governo importasse o alimento escasso, ao mesmo tempo que estimulava a expansão de sua produção, liberando créditos agrícolas pôr um ou dois anos. No ano seguinte, o conseqüente aumento da produção trazia de volta preços baixos e nova tendência à queda de produção. Após 1984, contudo, a produção não acompanhou a queda dos preços, como nos anos anteriores. Ao contrário, houve aumento da produção a níveis recordes, apesar de uma contínua redução dos preços a patamares mais baixos do país. A produção só se retraiu após um período de cinco anos.

Esta aparente mudança de comportamento da produção provocou um debate sobre como interpretar a lenta reação aos preços baixos. De um lado, neo-liberais como Kageyama (citado em Martine, 1990) e Muller (1989, 1990) e marxistas ortodoxos como Graziano da Silva (1985, 1987) argumentam que a lenta reação à sinalização dos preços agrícolas comprova a *maturidade* do setor agrário brasileiro. O setor completou o processo de modernização com sua integração e subordinação ao complexo agro-industrial. Este complexo estabelece os preços agrícolas ao seu bel-prazer, de forma que não se pode falar mais na existência de um mercado agrícola. Mesmo porque o complexo agro-industrial é quem fornece crédito e pacotes tecnológicos e possui sua própria rede de comercialização.

Assim sendo, agora são desnecessárias políticas governamentais de *modernização compulsória*, na qual crédito subsidiado é vinculado ao uso do pacote tecnológico norte-americano. Também seguindo essa lógica seria desnecessário o controle de preços agrícolas. Finalmente, estes autores alegam que já há um número suficiente de agricultores modernos no país, atendendo o comportamento da demanda, e, assim, o Estado não precisa tentar induzir, seja pôr via de crédito subsidiado, seja pôr via de reforma agrária, a modernização de outros produtores que ainda usam métodos semi-modernos ou mesmo pré-capitalistas. Estes produtores são *descartáveis* e serão fatalmente eliminados, cabendo ao setor urbano-industrial absorver o campesinato expropriado.

Os poucos expoentes de uma visão neo-populista no país, como Martine (1990), representa o outro lado do debate sobre a *maturidade* do setor agrícola. Martine sustenta que a modernização agrícola está longe de ser completa no país. O fato que só 7% dos produtores rurais brasileiros utilizam trator, indica um baixo nível de mecanização e é um dado expressivo naquele debate. Além disso, Martine demonstra que os pequenos proprietários, com estabelecimentos de menos de 50 hectares, ocupando apenas 17% da área agrícola nacional, são responsáveis pôr 40% da produção agropecuária do país. Os grandes proprietários, pôr

outro lado, não exploram fazendas produtivas, como alegam os neo-liberais, e, na verdade, este tipo de produtor somente é eficiente em fazer *lobby* para conseguir maiores subsídios do Estado.³

Este debate faz referência a uma tendência histórica da queda dos preços agrícolas quando da industrialização da agricultura na *via farmer* ocorrida na Europa e na América do Norte (Grigg, 1982; Hayami e Ruttan, 1971; Janvry, 1981; Johnson, 1983; Tracy, 1982). O mecanismo da diminuição dos preços agrícolas tem sido apontado como resultado do chamado *círculo vicioso da produtividade (the productivity treadmill)*. No círculo vicioso da produtividade, os agricultores aumentam sua produção através do investimento em técnicas mais produtivas e através da extensão de suas terras. O aumento da oferta do produto provoca uma queda dos preços, obrigando os produtores a aumentar novamente sua produtividade o que, pôr sua vez, pressiona para baixo ainda mais o preços agrícolas, havendo uma seqüência de diminuição da rentabilidade frente ao contínuo aumento de investimento em capital. As conseqüências sociais ora são vistas como causa do processo gradual de concentração fundiária ora como causa de movimentos de produtores medianos reivindicando subsídios estatais para compensar a queda da rentabilidade (Goodman *et. al.*, 1986; Guither e Halcrow, 1988; MacLennan e Walker, 1980; Vogeler, 1981; Wallace e Smith, 1985). Assim sendo, passa agora a verificar se a modernização da agricultura brasileira está presa ou não a um círculo vicioso de produtividade

RESTRUTURAÇÃO AGRÍCOLA REGIONAL?

Agora vejamos como estas políticas afetaram a produção de alimentos básicos a nível nacional e regional. Veremos que, apesar da prioridade dada no planejamento governamental à grande produção exportadora, a produção de alimentos básicos não entrou em colapso, mesmo durante o período 1964-1979. Ocorreu uma reestruturação significativa dos processos de produção de alimentos, porém, esta foi pôr uma *via farmer* de capitalização rural no centro econômico do país e não envolveu um deslocamento espacial da produção de alimentos básicos para as regiões de fronteira.

1940 a 1964 - Oferta e Procura Clássica na Agricultura Extensiva

Na seção anterior, verificamos que, entre 1940 e 1964, o crescimento industrial acelerado e a crescente urbanização aumentaram a procura de alimentos no país, provocando aumento de preços da maioria dos alimentos básicos. Isso, pôr sua vez, levou a uma expansão

expressiva da produção de alimentos no país. Neste período, a produção nacional de feijão aumentou a uma taxa de 3,7% ao ano, a mandioca a 11,1% e arroz 6,3% (Tabela 2 e 3). A única exceção foi o milho cuja produção aumentou a uma taxa menor de 2,3% ao ano. Durante este período o milho como alimento na forma de pão-broa e cuscuz caseiro sofreu grande concorrência do pão panificado com trigo norte-americano que era exportado a preços baixos para o Terceiro Mundo.⁴ Assim sendo, considerado o fato de que este período é anterior ao da Revolução Verde no Brasil, podemos concluir que o aumento na produção de alimentos respondeu ao estímulo do mercado e atendeu satisfatoriamente às necessidades de uma economia implantando sua indústria pesada.

Entre 1940 e 1964 ocorreu apenas uma reestruturação regional modesta na produção de alimentos básicos. Em 1940 tanto os produtos agrícolas de exportação como os de alimentos básicos estavam altamente concentrados nas regiões Sudeste e Sul, sendo estas responsáveis pôr 80% da colheita do arroz, dois terços da de feijão e mandioca e 88% da de milho. Entre 1940 e 1964 o arroz se expandiu mais lentamente nestas regiões, reflexo dos preços mais baixos, mas expandiu-se rapidamente na fronteira distante das regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde a produção era realizada pôr produtores camponeses.

Até certo ponto, a hipótese Sá-Oliveira, da importância de camponeses da fronteira distante e interna como produtores de alimentos básicos, se aplica ao período 1940-1964, mesmo se estes autores exageram o papel dos camponeses *internos* em regiões de longa ocupação.⁵ Até 1964, o oeste dos Estados de Paraná e Santa Catarina, na região Sul, e o oeste do Estado do Maranhão, na região Nordeste, ainda eram áreas de fronteira onde produtores camponeses independentes cultivavam alimentos básicos para sua subsistência e um excedente para o mercado. Os camponeses *internos* nas zonas de longa ocupação da região Nordeste ainda se destacavam na produção de gêneros alimentícios e alguma produção de alimentos básicos era realizada pôr este tipo de camponês na região Sudeste. Contudo, foram os camponeses independentes que constituíram a grande maioria dos produtores de alimentos nas zonas de longa ocupação das regiões Sul e Sudeste e, com exceção da mandioca, a produção de alimentos básicos do país era concentrada nestas regiões.

1964 a 1979 - A Produção de Alimentos Básicos no Cabresto

O controle dos preços e a mudança nas relações de trabalho no campo provocaram uma crise na produção de alimentos que foi mais forte durante o período de acelerada expansão econômica nos anos de 1967 a 1973. Após 1973, houve uma melhoria dos preços agrícolas, entretanto, não o suficiente para vencer a prioridade dada aos grandes produtores de cultivos

de exportação. consequentemente, o ritmo de capitalização na agricultura de gêneros alimentícios foi lento e as taxas de crescimento da produção ficaram praticamente estagnadas em comparação com as altas taxas de crescimento da produção do período anterior.

Na alimentação nacional o feijão é um alimento básico chave, fornecendo a maior parte do consumo de proteína para a massa de pobres do país. Dessa forma, o preço de feijão foi o mais rigorosamente controlado durante este período. Excetuando alguns anos de picos de preço, o preço do feijão permaneceu abaixo dos níveis de 1960. Consequentemente, a taxa de crescimento nacional para este produto caiu para apenas 1,0% ao ano entre 1960 e 1980, bem abaixo da taxa de crescimento da população deste período, que foi de 2,7% ao ano. A produção de feijão da região Nordeste foi especialmente prejudicada e teve um crescimento negativo e sua parte na safra nacional caiu de um ponto máximo de 37% em 1960 para 26% em 1980. A produção de mandioca também foi afetada de maneira negativa durante este período, registrando uma taxa de crescimento anual de 1,1% para o Brasil como um todo, sofrendo uma queda acentuada nas importantes regiões produtoras do Nordeste e Sudeste, onde as taxas de crescimento de produção de mandioca caíram de uma taxa anual de 11% no período anterior para taxas de 1,0% e 0,7% respectivamente no período 1960-80. Esta tendência em relação à mandioca não foi bem o resultado de controle de preços, o qual nunca foi muito rigoroso porque a mandioca não é um alimento básico importante para o mercado urbano no centro econômico do país, mas sim, o resultado da mudança nas relações de produção e da substituição desta lavoura pela criação de gado no Nordeste e Sudeste.

Apesar do declínio acentuado do cultivo do milho na região Nordeste, entre 1960 e 1980, a produção deste cereal recuperou-se na maior parte do país. O milho continuou sendo um alimento básico importante para os camponeses no Nordeste, porém o número de camponeses internos e externos nesta região diminuiu drasticamente neste período. O milho foi também importante como alimento em áreas de fronteira nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde os camponeses cresceram em número. Entretanto, a expansão da produção de milho nas regiões produtoras mais expressivas do Sul e do Sudeste teve como causa o fato de ter o milho deixado de ser um alimento básico, encontrando uma nova utilização, como ração na pecuária intensiva de aves e suínos, que surgiu no país nesse período. Como deixou ele de ser um alimento básico, o controle de seu preço foi relaxado, e, como resultado, no período 1973-1979, o preço do milho só teve um ano abaixo do nível de 1960.

O arroz é um caso à parte entre os alimentos básicos do país. Seus preços melhoraram depois de 1971 e a produção se expandiu a uma taxa respeitável de 4,1% pôr ano entre 1960 e 1980. A produção de arroz continuou se expandindo na fronteira agrícola no Norte, Nordeste

e Centro-Oeste, com base no crescimento horizontal, mas sua produção na região Sul teve uma taxa de crescimento acima da média, sendo 4,4% pôr ano. Isto ocorreu porque o arroz é o único alimento básico no país que podia se beneficiar imediatamente com as novas tecnologias da Revolução Verde introduzidas na década de 1960. A produção de arroz irrigado no Sul tornou-se uma cultura altamente capitalizada e a produtividade aumentou, alcançando o dobro da produtividade nacional (Tabela 4). De maneira semelhante à agricultura do trigo e da soja no Sul, pressionado pôr o *lobby* forte do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, o arroz no Sul foi beneficiado com o crédito agrícola e outros incentivos do governo, visando ao aumento de produtividade (Beskow, 1985; Brum, 1988).

O período 1964-1979 testemunhou uma expansão considerável rumo à fronteira distante, atraindo para o Norte e Centro-Oeste agricultores de todos os tamanhos, saindo principalmente do Sul e do Nordeste (Becker, 1990; Machado, 1991). Entretanto, independentemente do que estava acontecendo na fronteira distante, o Sul permaneceu o mais importante produtor de alimentos básicos do país, apesar de não ser mais uma região de expansão de fronteira. Como vimos acima, a produção de arroz no Sul tornou-se capitalizada e sua participação no total nacional continuou a crescer, alcançando 34% do total contra 5% e 16%, respectivamente, para as áreas de fronteira no Norte e Nordeste. Durante este período o Centro-Oeste também tornou-se um importante produtor de arroz. Este desenvolvimento foi, sem dúvida, parte do processo de expansão e de consolidação da fronteira agrícola nesta parte do país que marchou da zona oeste das regiões Sul e Sudeste para a zona meridional da região Centro-Oeste. Contudo, as atividades agrícolas nesta região passaram diretamente da pecuária extensiva para cultivos altamente capitalizados, envolvendo produtores médios e grandes, pulando, assim, ao estágio intermediário turneriano de camponeses independentes de fronteira, utilizando métodos de cultivo extensivo (cf. Grigg, 1982). Brum (1988) demonstra como isto ocorreu no caso da soja e do trigo e, Beskow (1985), no caso do arroz.

A medida que a produção de feijão e milho caiu no Nordeste após a introdução de novas relações de produção, envolvendo a remoção de camponeses internos, a participação do Sul e Sudeste na produção nacional destes produtos aumentou para seu nível mais elevado na história do país, sendo 67% e 83%, respectivamente, para cada cultivo. Apesar das altas taxas de crescimento para o feijão e o milho na fronteira amazônica, a participação da região Norte no mercado nacional era ainda de menos de 3%.

Durante este período no Sul e Sudeste a produtividade do feijão e do milho caiu para o nível mais baixo, e, depois, sofreu significativos ganhos de produtividade. Este comportamento sugere que a produtividade caiu à medida que terras virgens foram ocupadas e sua fertilidade

natural esgotada, tendo ocorrido posteriormente um processo lento de capitalização, que provocou aumento de produtividade. Infelizmente não existem estudos de caso a nível regional e local para estes produtos, que possam confirmar isso diretamente. Mas o alto padrão de modernização rural em geral e o elevado preço da terra nessas regiões (cf. Mesquita e Silva, 1988: 104, 115) indicam um quadro para induzir a capitalização do feijão e do milho. Com base num processo semelhante observado na agricultura nordestina capitalizada (Bicalho e Hoefle, 1990), é provável que o sucesso anterior com a capitalização do arroz, da soja e do trigo possam ter servido de exemplos para uma capitalização posterior do feijão e do milho.

1979 até Hoje - O Círculo Vicioso da Produtividade?

As taxas de crescimento da produção de alimentos básicos inferiores a 4,2% ao ano, insatisfatórias do ponto de vista do desenvolvimento econômico, e as sérias quedas nas safras no fim da década de 1970, fizeram com que o governo federal amenizasse suas políticas de alimento barato após 1979. Contudo, o quadro para a agricultura ficou bastante contraditório. Os preços de alimentos voltaram a ser tabelados durante três períodos relativamente curtos entre 1985 e 1988, como parte do congelamento geral de salários e preços nos planos Cruzado, Bresser e de Verão. Além disso, o Estado endividado implementou uma política agrícola pouco consistente, ora voltando a financiar a produção agrícola de forma subsidiada, ora cobrando juros reais pelo financiamento, e ora suspendendo o crédito agrícola.

Neste quadro contraditório ficaram mais acentuadas e freqüentes as subidas e descidas dos preços agrícolas e da produção de alimentos até 1985. Após esta data, diferentemente, os preços agrícolas entraram em queda acentuada ao mesmo tempo que houve uma forte expansão na produção de feijão, milho e mandioca, alcançando safras recordes. Essa tendência é ainda mais intrigante se considerarmos o fato de que a procura de alimento foi mais fraca do que no período anterior a 1979. A recessão prolongada que se estabeleceu a partir de então, refletiu num ritmo menor de crescimento urbano, na expressiva queda do crescimento da população de 2,4% para apenas 1,9% ao ano e na diminuição do consumo de alimentos com a forte redução do padrão de vida (Fundação IBGE, 1981, 1993).

O aumento da produtividade agrícola pode ser a chave para o enigma. Durante a década de 1980 a produtividade de alimentos básicos continuou a aumentar no Sul e Sudeste, sugerindo um processo sustentado de capitalização agrícola. Durante o mesmo período houve aumento da produção de alimentos básicos no Nordeste, mas isto refletiu apenas condições climáticas mais favoráveis na zona do Sertão e expansão na fronteira agrícola nos Estados da Bahia, do Maranhão e do Piauí. Não houve expansão de produção na zona tradicional de

alimentos básicos do Agreste, ao contrário, uma pecuária especulativa pseudo-moderna se expandiu provocando uma queda drástica na produção de alimentos básicos (Bicalho e Hoefle, 1989, 1990).

Em consequência, a região Sul manteve sua posição dominante na produção de alimentos básicos no país, perdendo apenas para o Nordeste no caso da mandioca. A tendência histórica de queda nas taxas de crescimento na produção de alimentos no Sudeste foi revertida e sua participação no mercado nacional se estabilizou em cerca de 14% para o arroz, 27% para o feijão e 28% para o milho. É importante chamar a atenção para este fato porque a produção de alimentos básicos no centro econômico do país vinha sofrendo forte concorrência com a expansão da cana-de-açúcar para álcool e de pecuária especulativa no Sudeste e com a expansão de soja de exportação no Sul.

Desta maneira podemos concluir que nos anos 1960 e 1970 deixou de existir a estrutura agrária do modelo Sá-Oliveira da articulação de modos de produção, no qual produtores camponeses plantavam alimentos básicos usando métodos intensivos de trabalho, sob a dominação de latifundiários e agentes do capital mercantil. O modelo *via junker*, de uma estrutura agrária polarizada, formada pôr agroempresas empregando uma força de trabalho proletária, também não caracteriza a produção capitalizada de alimentos. Este modelo de produção ainda é raro no Brasil, sendo mais expressiva na cana-de-açúcar, que é uma atividade de pouco risco climático e de mercado no país, sendo, assim, uma atividade agrícola atraente para o grande capital (Andrade, 1988; Melo, 1975; Sorj, 1986).

Existem ainda dois modelos alternativos que podem caracterizar a pequena e mediana produção capitalizada brasileira: 1) o de pequenos proprietários, quase-proletários, subordinados ao complexo agro-industrial, e 2) o de pequenos e médios produtores burgueses, oriundos de um modelo agrário *via farmer*, que pôr mais que sejam dependentes do complexo agro-industrial não são equivalentes a proletários tipo *bóia-fria*.⁶

Sorj (1986) e Sorj *et. alli.*(1982) mostram que o primeiro modelo, o do pequeno produtor completamente subordinado, só é comum na criação intensiva de aves e suínos no Brasil. Isso segue uma tendência mundial na qual este tipo de pecuária permite uma subordinação maior do agricultor porque o fornecimento de insumos básicos representa uma segunda frente de penetração do complexo agro-industrial, à montante da produção. Esta frente de penetração somada à compra do produto para processamento, à jusante, aumenta o grau de interferência da agro-indústria nos processos produtivos agrícolas até a subordinação total, ficando o produtor quase um empregado do frigorífico (Guither e Halcrow, 1988; Wallace e Smith, 1985).

Contudo, este padrão não ocorre no caso de cereais para os quais as grandes transnacionais do complexo se limitam à compra do produto, sem entrarem em esquemas de fornecimento de insumos. Prevalece, assim, o segundo modelo do produtor burguês semi-independente. No caso brasileiro, a prevalência do segundo modelo de produtor semi-independente pode ser identificado no trabalho de Beskow (1985) sobre o arroz capitalizado e no de Brum (1988) sobre a soja e o trigo. Os alimentos feijão e mandioca sofrem menos beneficiamento industrial do que aqueles cultivos e, pôr isto, podemos esperar que sua capitalização deve seguir um modelo de maior independência. O milho, pôr sua vez, dependendo da região, pode passar pôr mais ou menos beneficiamento, e, conseqüentemente, o grau de subordinação do produtor varia de acordo. Desta maneira, podemos concluir que uma classe de pequenos e médios produtores capitalizados de alimentos emergiu na maior parte das regiões Sul e Sudeste e não somente nos cinturões verdes em volta das grandes cidades, como sustentam Brandão Lopes (1976) e Janvry (1981).⁷

Como ocorre com a agricultura capitalista avançada, este tipo de produtor no país entrou no círculo vicioso da produtividade pelo qual ele é obrigado a aumentar sua produtividade e expandir o tamanho de sua propriedade a fim de compensar a queda dos preços agrícolas. Entretanto, sua dependência ao círculo vicioso da produtividade não é total. Como a relação entre os preços e a produção agrícola depois de 1960 nos mostra, não existe nestes agricultores uma mentalidade campesina de subsistência, pela qual produzem um excedente para o mercado, não importando qual o preço manipulado pelo Estado. Também não são *empregados* do complexo agro-industrial que são obrigados a aumentar sua produção não importando qual o preço oferecido pela agro-indústria. Quando são pressionados demais pelos preços baixos, reagem reduzindo a área plantada num cultivo específico cujo preço está baixo, dedicando mais atenção a outros cultivos mais vantajosos no momento.

Os acontecimentos, a partir de 1990, demonstram este ponto. Nos primeiros anos do governo neo-liberal de Collor, o crédito agrícola sofreu cortes drásticos. Em conseqüência, a produção caiu e, para cobrir esta queda, 7 milhões de toneladas de grãos (alimentos básicos, trigo e soja) foram importadas a um custo de US\$1,5 bilhões repercutindo na balança de pagamentos. Isto forçou o governo a abandonar sua retórica neo-liberal e a retornar a financiar a produção agrícola, mas com a exceção importante de não tabelar o preço de alimentos a nível do consumidor. Foram destinados ao crédito agrícola US\$4,5 bilhões para a safra de 1992, os quais, juntamente com uma tendência de recuperação dos preços, provocaram a expansão da produção de grãos em 20% (Jornal do Brasil, 15/3/1992; Monteiro, 1992).⁸

Seja o governo neo-liberal ou autoritário, a política agrícola no Brasil tem persistida na busca da redução do preço dos alimentos para o consumidor urbano-industrial. Há, todavia, limites na capacidade dos agricultores de suportar preços baixos e as bruscas oscilações do mercado continuará provocando ora expansão ora retração da oferta de alimentos com negativas repercussões no quadro econômico e social do país.

NOTAS

- 1 - No país, **camponeses internos** (chamados popularmente de *agregados*, *meeiros*, *moradores* e *rendeiros*) são agricultores sem terra própria que residem nas propriedades médias e grandes de terceiros, nas quais alugam ou lhes são cedidas parcelas de terra de 0,5 a 3,0 hectares. Efetuam um pagamento em dinheiro ou em produto pelo uso da terra, tendo ainda a obrigação de trabalhar um ou dois dias pôr semana para o proprietário, sendo pagos em dinheiro. **Camponeses externos** são proprietários de minifúndios que buscam mais terra para alugar ou trabalho em outras propriedades, visando complementar a renda insuficiente gerada nas suas terras. Tendo ainda acesso à terra para sua subsistência estes dois tipos de camponês são semi-proletários, distinguindo-se dos proletários plenos como a figura do *diarista*, *volante* e *hóia-fria* que dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho.
- 2 - A literatura sobre dualismo econômico e desenvolvimento setorial teve grande influência no Brasil, tendo Nurkse e Hirschman tido grande impacto durante este período, quando participaram de diversas consultorias no país (Hirschman, 1963; Mantega, 1986).
- 3 - Vogeler (1981) sustenta uma posição semelhante para os grandes produtores norte-americanos.
- 4 - Veja Burbach e Flynn (1980) e Lappé e Collins (1982) para mais detalhes com referência ao *dumping* norte-americano de trigo.
- 5 - Embora Oliveira e Sá observarem que há uma expansão da agricultura para terras marginais em regiões de longa ocupação, utilizam o conceito de fronteira interna para a área de produção pré-capitalista nestas regiões. Assim sendo, definem fronteira com referência ao setor capitalista do país, e, não no sentido normalmente dado ao termo de expansão pioneira para zonas desabitadas (cf. Grigg, 1982; Hennessey, 1978; Turner, 1983).
- 6 - No âmbito internacional, Banaji (1977), Faure (1978), Mollard (1978) e Vergopoulos (1974) são autores proponentes do modelo do pequeno produtor subordinado e, no país, Peixoto *et. al.* (1979) e Guimarães (1982). Bernstein (1988), Friedmann (1980) e Neocosmos (1985) são os maiores proponentes do modelo da pequena produção burguesa na literatura internacional. Autores nacionais que se aproximam dessa posição são Brum (1988), Loureiro (1987), Muller (1990) e Sorj (1986).
- 7 - Bicalho (1992) e Loureiro (1987) fornecem estudos detalhados de agricultores capitalizados de pequena escala nos cinturões verdes do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente.

8 - Informações recentes sobre a produção de alimentos no país são restritas uma vez que não foi realizado o recenseamento agropecuário de 1990 e os anuários estatísticos também não estão atualizados.

TABELA 1 - ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS AO NÍVEL DO PRODUTOR*

Produto	1960	1970	1980	1990
ALIMENTOS TRADICIONAIS				
Arroz	100	80	105	49
Feijão	135	111	195	73
Milho	115	90	120	65
Mandioca	129	122	235	86
ALIMENTOS NOVOS E LEGUMES				
Batata Inglesa	s.i.	53**	99	102
Cebola	55	80	163***	84
Tomate	190	574	94***	46
Trigo	s.i.	s.i.	100****	24
CULTIVOS COMERCIAIS				
Algodão	100	113	182	58
Cafê	38	38	53	18
Cana-de-Açúcar	92	104	122	54
Laranja	117	143	108	105
Soja	s.i.	s.i.	100****	30
PECUARIA				
Carne Bovina	158	202	338	197

Fonte de dados: Patrick (1972) e Fundação Getúlio Vargas (1966-1991).

* ano base 1948/50

**ano base 1977

*** ano base 1966

**** ano base 1984

TABELA 2 - PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS PÔR REGIÃO (1000t)

REGIÃO	1940		1960		1980		1988-90	
	t	%	t	%	t	%	t	%
ARROZ								
Norte	37	3.4	73	2.0	411	5.1	458	4.6
Nordeste	85	7.9	608	16.6	1268	15.7	1573	15.7
Centro-Oeste	81	7.5	690	18.9	2687	33.2	2055	20.6
Sudeste	532	49.3	1125	30.8	988	12.2	1363	13.7
Sul	344	31.9	1159	31.7	2732	33.8	4532	45.4
Brasil	1080	100.0	3655	100.00	8086	100.0	9981	100.0
FEIJÃO								
Norte	9	1.3	11	0.8	49	2.8	103	4.1
Nordeste	193	28.9	524	36.9	446	25.8	765	30.3
Centro-Oeste	18	2.8	107	7.5	118	6.8	152	6.0
Sudeste	256	38.3	346	24.4	470	27.1	683	27.1
Sul	192	28.7	432	30.4	649	37.5	820	32.5
Brasil	688	100.0	1420	100.0	1732	100.0	2523	100.0
MANDIOCA								
Norte	135	12.5	1150	12.9	2644	23.9	2818	22.7
Nordeste	588	54.5	5244	58.8	4257	38.5	5029	40.5
Centro-Oeste	176	16.3	139	1.6	196	1.8	289	2.3
Sudeste	94	8.7	858	9.6	980	8.9	1258	10.1
Sul	86	8.0	1522	17.1	2973	26.9	3038	24.4
Brasil	1079	100.0	8913	100.0	11050	100.0	12432	100.0
MILHO								
Norte	57	1.1	57	0.7	238	1.5	449	1.9
Nordeste	395	7.5	1107	13.2	850	5.4	1486	6.2
Centro-Oeste	197	3.7	457	5.5	1566]47	10.0	4280	17.2
Sudeste	2775	52.7	2881	34.4	07	29.9	6645	27.5
Sul	1843	35.0	3872	46.2	8361	53.2	11259	46.7
Brasil	5267	100.0	8374	100.0	15722	100.0	24119	100.0

Fonte de dados: Fundação IBGE (1950, 1966, 1983, 1990, 1991).

* Os dados de produção para arroz, feijão e milho são a média da produção estimada no Anuário Estatístico dos anos 1988, 1989 e 1990 enquanto os dados de produção de mandioca são do Censo de 1985.

TABELA 3 - MÉDIA CRESCIMENTO ANUAL DOS ALIMENTOS BÁSICOS PÔR REGIÃO (%)

REGIÃO	1940/60	1960/80	1980/90	1940/90
ARROZ				
Norte	3.4	9.0	1.1	5.2
Nordeste	10.3	3.7	2.2	6.0
Centro-Oeste	11.2	7.0	-2.6	6.7
Sudeste	3.8	-0.6	3.3	1.9
Sul	6.3	4.4	5.2	5.3
Brasil	6.3	4.1	2.1	4.5
FEIJÃO				
Norte	1.0	7.9	7.7	5.0
Nordeste	5.1	-0.8	5.5	2.8
Centro-Oeste	9.1	0.5	2.6	4.4
Sudeste	1.5	1.5	3.8	2.0
Sul	4.1	2.1	2.4	3.0
Brasil	3.7	1.0	3.8	2.6
MANDIOCA				
Norte	11.3	4.3	1.3	7.0
Nordeste	11.6	-1.0	3.4	4.9
Centro-Oeste	-1.2	1.7	8.1	1.1
Sudeste	11.7	0.7	5.1	5.9
Sul	15.5	3.4	0.4	1.2
Brasil	11.1	1.1	2.4	3.4
MILHO				
Norte	0.02	7.4	6.6	4.2
Nordeste	5.3	-1.3	5.7	2.7
Centro-Oeste	4.3	6.4	10.6	6.4
Sudeste	0.2	2.5	3.5	1.8
Sul	3.8	3.9	3.0	3.7
Brasil	2.3	3.2	4.4	3.1

Fonte de dados: Fundação IBGE (1950, 1966, 1983, 1990, 1991).

* Os dados de produção para arroz, feijão e milho são a média da produção estimada no Anuário Estatístico dos anos 1988, 1989 e 1990 enquanto os dados de produção de mandioca são do Censo de 1985.

TABELA 4 - PRODUTIVIDADE PÔR ÁREA DOS ALIMENTOS BÁSICOS PÔR REGIÃO (k/ha)

REGIÃO	1950	1960	1970	1980	1988/90
ARROZ					
Norte	750	984	972	1102	1226
Nordeste	963	1092	1173	1247	1232
Centro-Oeste	1424	1249	1070	1090	1378
Sudeste	1160	1003	895	1089	1694
Sul	1054	947	1941	2875	1979
Brasil	1124	971	1222	1416	1600
FEIJÃO					
Norte	s.i.	682	584	509	579
Nordeste	378	296	270	259	288
Centro-Oeste	626	554	366	362	476
Sudeste	565	435	356	429	651
Sul	1324	546	509	578	686
Brasil	593	395	372	372	476
MANDIOCA					
Norte	9494	9737	10611	9518	8769
Nordeste	8185	6174	6477	7937	3934
Centro-Oeste	5315	5902	7479	9505	2579
Sudeste	12358	9106	9283	10296	6926
Sul	13062	9781	10747	12960	10370
Brasil	9998	7183	8439	9532	6585
MILHO					
Norte	686	851	807	871	1281
Nordeste	768	552	400	419	520
Centro-Oeste	1846	1246	1079	1631	2593
Sudeste	1432	1176	1362	1693	2301
Sul	1757	1334	1497	1945	2271
Brasil	1431	1067	1197	1521	1920

Fonte de dados: Fundação IBGE (1955, 1966, 1975, 1983, 1990, 1991).

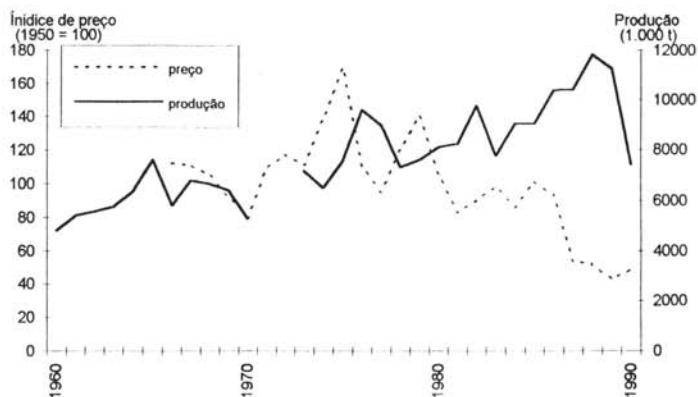
* Os dados de produção para arroz, feijão e milho são a média da produção estimada no Anuário Estatístico dos anos 1988, 1989 e 1990 enquanto os dados de produção de mandioca são do Censo de 1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M.M. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- ANDRADE, M.C. Área do sistema canavieiro. Recife, SUDENE, 1988.
- BANAJI, J. Modes of Production in a Materialist Conception of History. Capital and Class 3: 1-44, 1977.
- BECKER, B.K. A fronteira em fins do século XX. In, Fronteira Amazônica. B.K. Becker, M. Miranda e L.O. Machado (eds.), pp. 15-28. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1990.
- BERNSTEIN, H. Class and Petty-Bourgeois Production. Journal of Peasant Studies, 15(2): 258-271, 1988.
- BESKOW, P.R. O Arrendamento Capitalista na Agricultura. São Paulo, Hucitec, 1985.
- BICALHO, A.M.S.M. Agricultura e Ambiente no Município do Rio de Janeiro. In, Sociedade e Natureza no Rio de Janeiro, M.A. Abreu (ed.), pp. 285-316. Rio de Janeiro, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992.
- BICALHO, A.M.S.M. e S.W. HOEFLE. Urban Capital and the Pseudo-Modernization of Agriculture in the Rural Hinterland of Northeast Brazil. In, 1989 Yearbook of the Conference of Latin American Geographers, R.B. Kent & V.R. Harnapp (eds.), pp. 35-49. Baton Rouge, Louisiana State Univ. Press, 1989.
- , Divergent Trends in Brazilian Rural Transformation: Capitalized Agriculture in the Agreste and the Sertão of the Northeast. Bulletin of Latin American Research 9(1): 49-77, 1990.
- BIDELEUX, R. Communist Development. London, Methuen, 1986.
- BRANDÃO LOPES, J.R.B. Do Latifúndio à Empresa. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- BROOKFIELD, H. Interdependent Development. London, Methuen, 1975.
- BRUM, A.J. Modernização da Agricultura Trigo e Soja. Rio de Janeiro, Vozes, 1988.
- FAURE, C. Agriculture et Capitalisme. Paris, Antropos, 1978.
- FEI, J.C.H. e G. RANIS. A Theory of Economic Development. American Economic Review 51: 533-564, 1961.
- FRIEDMANN, H. Household Production and the National Economy: Concepts for the Analysis of Agrarian Formation. Journal of Peasant Studies 7(2): 158-184, 1980.
- FUNDAÇÃO IBGE. Recenseamento Geral do Brasil: Censos Agropecuários, Demográficos e Econômicos. Rio de Janeiro, 1950-1985.
- , Anuários Estatísticos. Rio de Janeiro, 1960-1991.
- , Dados Preliminares do Recenseamento Geral do Brasil - 1991: Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1993.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Preços Recebidos pelos Agricultores (Brasil). Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, 1966-1991.
- FLOWERAKER, J. The Struggle for Land. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1981.
- GOODMAN, D. e M. REDCLIFT. From Peasant to Proletarian. Oxford, Blackwell, 1981.
- GOODMAN, D., B. SORJ e J. WILKINSON. From Farming to Biotechnology. Oxford, Blackwell, 1987.
- GOULET, D. The Shock of Underdevelopment. In, The Struggle for Economic Development, M.P. Todaro (ed.), pp. 3-9. London, Longman, 1983.

- GRAZIANO da SILVA, J.F. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- . Mas, Qual Reforma Agrária?. Reforma Agrária 17(1): 11-69, 1987.
- GRAZIANO da SILVA, A.K. KAGEYAMA, D.A. ROMÃO, J.A. WAGNER NETO e J.C.G. PINTO. Tecnologia y Campesinado: Consideraciones sobre el Caso de Brasil. Estudios Rurales Latinoamericanos 8(2): 165-197, 1985.
- GRIGG, D. The Dynamics of Agricultural Change. London, Hutchinson, 1982.
- GUIMARÃES, A.P. A Crise Agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- GUITHER, H.D. e H.G. HALCROW. The American Farm Crisis. Ann Arbor, Pierian 1988.
- HAYAMI, Y. e V.W. RUTTAN. Agricultural Development: An International Perspective. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1971.
- HENNESSEY, A. The Frontier in Latin American History. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1978.
- HIRSCHMAN, A.O. The Strategy of Economic Development. New Haven, Yale University Press, 1958.
- . Journeys Toward Progress. New York, Crowell, 1963.
- HOMEM de MELO, F. O Problema Alimentar no Brasil: A Importância dos Desequilíbrios Tecnológicos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- JANVRY, A. The Agrarian Question and Reformism in Latin America. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1981.
- JOHNSON, D.G. The World Food Situation. In, The Role of Markets in the World Food Economy, D.G. Johnson & G.E. Schuh (eds.), pp. 1-33. Boulder, Westview, 1983.
- JORNAL DO BRASIL. Cabrera Vai à Forra com uma Supersafra. 15/3/1993.
- JORGENSEN, D.W. The Role of Agriculture in Development. In, Subsistence Agriculture and Economic Development, W. Wharton (ed.), pp. 320-348. Chicago, Aldine, 1969.
- LAPPÉ, F.M. & J. COLLINS. Food First. London, Abacus, 1980.
- LOUREIRO, M.R. Terra, Família e Capital. Petrópolis, Vozes, 1987.
- MacLENNAN, C. e R. WALKER. Agribusiness in the United States. In, Agribusiness in the Americas, R. Burbach and P. Flynn (eds.), pp. 20-40. New York, Monthly Review Press, 1980.
- MACHADO, L. Fronteira Agrícola en la Amazonia Brasileña. Atas del VI Coloquio de Geografía Rural: 395-411, 1991.
- MANTEGA, G. A Economia Política Brasileira. São Paulo, Polis, 1987.
- MARTINE, G. Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira. Planejamento e Políticas Públicas 1(1): 3-43, 1990.
- MEDEIROS, L.S. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
- MELLOR, J.W. A Contribution toward a Theory of Agricultural Development. In, Agricultural Development and Economic Growth, H.M. Southworth & B.F. Johnston (eds.), pp. 21-60. Ithaca, Cornell University Press, 1967.
- MELO, M.L. O Homem e a Cana. Recife, IJNPS, 1975.

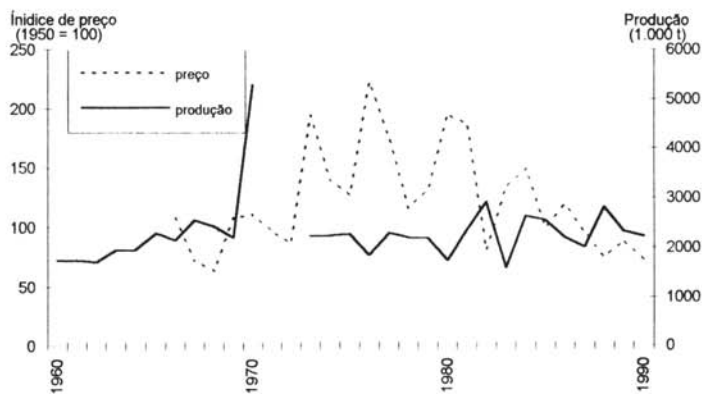
- MESQUITA, O.V. e S.T. SILVA. A Agricultura Brasileira. In, Brasil: Uma Visão Geográfica nos Anos 80, pp. 87-125. Rio de Janeiro, FIBGE, 1988.
- MOLLARD, A. Paysans Exploités. Grenoble, Presses Universitaires, 1978.
- MONTEIRO, M.J.C. Os Preços Agrícolas em 1992. Conjuntura Econômica 46(11): 57-58, 1992.
- MULLER, G. Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária. São Paulo, Hucitec, 1989.
- . O Agrário no Complexo Agro-industrial. In, Palestras do X Encontro de Geografia Agrária, pp. 1-21. Rio de Janeiro, AGB, 1990.
- NEOCOSMOS, M. Marx's Third Class: Capitalist Landed Property and Capitalist Development. Journal of Peasant Studies 13(3): 5-44, 1986.
- NURKSE, R. Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries. Oxford, Oxford University Press, 1953.
- OLIVEIRA, F. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo, Brasiliense, 1975.
- PEIXOTO, H., N. CHALOUT e V. FIGUEIREDO. A Soja na Pequena Produção. Brasília, BINAGRI, 1979.
- SÁ JR., F. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. Seleções CEBRAP 1: 79-134, 1975.
- SORJ, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- SORJ, B., POMPERMAYER, M.J. e CORADINI, O.L. Camponeses e Agroindústria: Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SOUZA MARTINS, J. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.
- TRACY, M. Agriculture in Western Europe 1880-1980. London, Granada, 1982.
- TURNER, F. Beyond Geography. New Brunswick, Rutgers University Press, 1983.
- VERGOPOULOS, K. Capitalism Disforme. In, A Questão Agrária e o Capitalismo. S. Amin e K. Vergopoulos (eds.), pp. 41-179. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VOGELER, I. The Myth of the Family Farm: Agribusiness Dominance of U.S. Agriculture. Boulder, Westview Press, 1981.
- WALLACE, I. e W. SMITH. Agribusiness in North America. In, The Industrialization of the Countryside. M.J. Healey e B.W. Ilbery (eds.), pp. 57-74. Norwich, Geo Books, 1985.
- WILKINSON, J. O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção. São Paulo, Hucitec, 1986.



Fonte : FIBGE (1962 - 1992), FGV (1966 - 1992)

PREÇO E PRODUÇÃO NACIONAL DE ARROZ

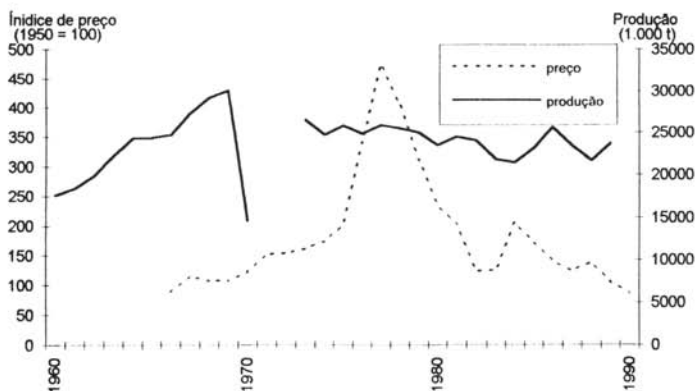
FIGURA 1



Fonte : FIBGE (1962 - 1992), FGV (1966 - 1992)

PREÇO E PRODUÇÃO NACIONAL DE FEIJÃO

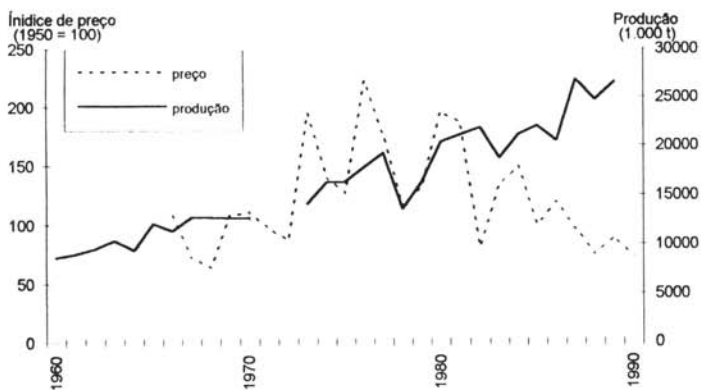
FIGURA 2



Fonte: FIBGE (1962 - 1992), FGV (1966 - 1992)

PREÇO E PRODUÇÃO NACIONAL DE MANDIOCA

FIGURA 3



Fonte: FIBGE (1962 - 1992), FGV (1966 - 1992)

PREÇO E PRODUÇÃO NACIONAL DE MILHO

FIGURA 4